



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(Anexo 12 da Lei 4320/64)

(Valores em Reais)

Exercício 2011

Resolução Tribunal de Contas nº 01/2012 - Art. 1º, § 2º - Anexo I, item 9

| RECEITA | | | | DESPESA | | | |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| TÍTULOS | PREVISÃO | EXECUÇÃO | DIFERENÇA | TÍTULOS | FIXAÇÃO | EXECUÇÃO | DIFERENÇA |
| Receitas Orçamentárias | 79.100.000,00 | 128.287.485,67 | 49.187.485,67 | Créditos Orçamentários e Suplementares | 863.435.430,05 | 806.531.922,76 | (56.903.507,29) |
| Receitas Correntes | 78.800.000,00 | 127.962.466,17 | 49.162.466,17 | Despesas Correntes | 795.044.055,88 | 768.110.913,80 | (26.933.142,08) |
| Receita Tributária | 69.000.000,00 | 87.481.672,80 | 18.481.672,80 | Pessoal e Encargos Sociais | 615.701.400,00 | 610.835.228,15 | (4.866.171,85) |
| Receita Patrimonial | 8.500.000,00 | 35.823.105,11 | 27.323.105,11 | Outras Despesas Correntes | 179.342.655,88 | 157.275.685,65 | (22.066.970,23) |
| Receita de Serviços | - | 69.486,45 | 69.486,45 | Despesas de Capital | 68.391.374,17 | 38.421.008,96 | (29.970.365,21) |
| Transferências Correntes | 200.000,00 | - | (200.000,00) | Investimentos | 68.391.374,17 | 38.421.008,96 | (29.970.365,21) |
| Outras Receitas Correntes | 1.100.000,00 | 4.588.201,81 | 3.488.201,81 | Inversões Financeiras | - | - | - |
| Receitas de Capital | 300.000,00 | 325.019,50 | 25.019,50 | Créditos Extraordinários | 6.928.821,57 | 3.223.804,85 | (3.705.016,72) |
| Alienação de Bens Móveis | - | 325.019,50 | 325.019,50 | Despesas de Capital | 6.928.821,57 | 3.223.804,85 | (3.705.016,72) |
| Transferências de Capital | 300.000,00 | - | (300.000,00) | Investimentos | 6.928.821,57 | 3.223.804,85 | (3.705.016,72) |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | | | | |
| SUB TOTAL | 79.100.000,00 | 128.287.485,67 | 49.187.485,67 | SUB TOTAL | 870.364.251,62 | 809.755.727,61 | (60.608.524,01) |
| Interferências Financeiras | 722.300.000,00 | 735.600.000,04 | 13.300.000,04 | Interferências Financeiras | | 478.783,84 | 478.783,84 |
| Duodécimos Recebidos | 722.300.000,00 | 735.600.000,04 | 13.300.000,04 | Repasse Financeiros Concedidos | - | 478.783,84 | 478.783,84 |
| SOMA | 801.400.000,00 | 863.887.485,71 | 62.487.485,71 | SOMA | 870.364.251,62 | 810.234.511,45 | (60.129.740,17) |
| DÉFICIT | 68.964.251,62 | - | (68.964.251,62) | SUPERÁVIT | - | 53.652.974,26 | 53.652.974,26 |
| TOTAL | 870.364.251,62 | 863.887.485,71 | (6.476.765,91) | TOTAL | 870.364.251,62 | 863.887.485,71 | (6.476.765,91) |

Recife, 31 de Dezembro de 2011

Carleide Maria Bezerra
 Diretora de Contabilidade - CRC/PE-019946/O

Victor Reithler Marroquim
 Secretário de Administração - Ordenador de Despesas

Leovegildo Lopes da Mota
 Diretor Geral - Ordenador de Despesas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações foram elaboradas em observância às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, correspondendo aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. Estão apresentadas com valores expressos em reais.

Balanco Orçamentário – demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. A sua estrutura evidencia a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

2. Práticas Contábeis

Receitas - demonstradas pelo valor nominal e detalhadas em conformidade com a Portaria Conjunta nº 003/2008 das Secretarias do Tesouro Nacional (STN) e Orçamento Federal (SOF), respectivamente do Ministério da Fazenda Nacional e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Despesas - demonstradas pelo seu valor nominal e classificadas em conformidade com a Portaria Interministerial nº 163/2001 das Secretarias do Tesouro Nacional (STN) e Orçamento Federal (SOF), respectivamente do Ministério da Fazenda Nacional e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

3. Notas Explicativas

Parte integrante das demonstrações contábeis. As informações contidas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

Dada a concepção do Sistema de Geração da Prestação de Contas - GPCON disponibilizado pelo TCE, as Notas Explicativas seguirão a ordem das demonstrações constantes no referido sistema e serão anexadas a cada demonstração.

4. Notas ao Balanço Orçamentário

- a. As receitas orçamentárias arrecadadas, sem considerar os duodécimos recebidos, totalizaram R\$ 128.287.485,67, destacando-se, neste montante, as receitas tributárias decorrentes da Lei nº 11.404/96 de Taxas, Custas e Emolumentos, correspondendo a R\$ 87.481.672,80. O total geral arrecadado representou um acréscimo de 62,18% em

relação à receita prevista de R\$ 79.100.000,00 e 31,99% comparando-se à receita arrecadada no exercício anterior no montante de R\$ 97.197.433,02.

- b. As Interferências Financeiras oriundas dos duodécimos efetuados pelo Poder Executivo Estadual, R\$ 735.600.000,04, bem como aquelas relativas aos repasses financeiros concedidos à Defensoria Pública para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme estabelecido na Lei nº 11.404/96 de Taxas, Custas e Emolumentos, no valor de R\$ 478.783,84, foram lançadas com o objetivo de melhorar a análise dos resultados evidenciados neste Demonstrativo;
- c. O montante de R\$ 870.364.251,62 da despesa fixada para o exercício encontra-se deduzido do valor de R\$ 405.000,00 em virtude de cessão de orçamento à Defensoria Pública, para manutenção e operacionalização, conforme Decreto nº 37.219/11 D.O 05/10/11;
- d. O déficit de previsão de R\$ 68.964.251,62 (comparativo entre a receita prevista e a despesa fixada) corresponde aos acréscimos líquidos ao orçamento ocorridos durante o ano, conforme quadro abaixo, passando as autorizações iniciais da despesa de R\$ 801.400.000,00 para R\$ 870.364.251,62.

| COMPOSIÇÃO DO DÉFICIT DE PREVISÃO INICIAL DA DESPESA | |
|---|--|
| R\$ 46.639.000,00 | Crédito Suplementar aberto por Superávit Financeiro do TJ de 2010 (disponível em conta bancária do Poder), assim detalhado: R\$ 21.400,00 – Tesouro Estadual; R\$ 25.000.000,00 - Taxas, Custas e Emolumentos; R\$ 239.000,00 - TJPE Consig |
| R\$ 6.928.821,57 | Crédito Extraordinário aberto por Superávit Financeiro do TJ 2010 (disponível em conta bancária do Convênio com o Estado (SOS-PE), administrada por este Poder). |
| R\$ 2.501.430,05 | Crédito Suplementar aberto com Recursos de Convênios junto ao Ministério da Justiça (Recurso disponível em conta bancária dos convênios). |
| R\$ 13.300.000,00 | Crédito suplementar aberto com recurso do Tesouro Estadual (Poder Executivo) para complementar as despesas com pessoal (folha de pagamento), conforme Decreto nº 37.225/11 D.O 05/10/11 |
| R\$ 69.369.251,62 | TOTAL |
| R\$ (405.000,00) | Cessão de orçamento à Defensoria Pública, para manutenção e operacionalização, conforme Decreto nº 37.219/11 D.O 05/10/11, reduzindo assim o montante do déficit. |
| R\$ 68.964.251,62 | DÉFICIT |

- e. Quanto às despesas realizadas, estas atingiram o montante de R\$ 809.755.727,61 ou 93,04% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 60.608.524,01, ou ainda, 6,96% das autorizações.

Recife, 31/12/2011